

Empreendedorismo Sustentável - O desafio do Sistema de Educação

C. A. Cupeto (a), S. Santos (b)

(a)Carlos Alberto Cupeto “Univ de Évora”, cupeto@uevora.pt

(b)Sofia Santos “Systemic Sphere”, sofia.santos@systemicsphere.com

Resumo — Este artigo debate a necessidade de se incluir em Portugal o tema da sustentabilidade na formação formal e não formal ao longo da vida, mas principalmente na educação primária, secundária e universitária. Iniciando-se com uma breve revisão da literatura e com a evolução do tema da sustentabilidade na educação a nível da agenda internacional, exploram-se os resultados obtidos num inquérito realizado a 1200 portugueses em 2013 sobre as expectativas e opiniões dos cidadãos relativamente aos temas da educação para a sustentabilidade. Através da análise dos dados este artigo identifica as expectativas e o pensamento dos cidadãos portugueses relativamente à importância dos temas ambientais e éticos estarem presentes de forma contínua nos currícula dos alunos, bem como o perfil de gestor que idealmente os portugueses gostariam de ver a liderar as empresas. Conclui-se que para ir ao encontro das expectativas dos portugueses, o sistema de ensino tem de mudar significativamente a forma como transmite os conhecimentos de gestão, economia e ética. Ao realizar esta mudança estará também a impulsionar o empreendedorismo sustentável.

Palavras chave: *empreendedorismo, educação, sustentabilidade, cidadania.*

I. INTRODUÇÃO

“A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é um processo que se estende ao longo da vida, desde a primeira infância até à educação superior e adulta e que ultrapassa os limites da educação formal.” [1] É o verdadeiro viver e aprender; aprender a viver em harmonia com o ecossistema Terra, respeitando-se a si próprio, aos outros seres e a tudo o que o rodeia. Este é o desafio destes tempos de mudança de paradigma e de transição para um nível de consciência superior e mais autoresponsável.

Desde a Conferência do Rio, em 1992, que o programa Agenda 21 define os eixos que devem presidir à implementação de um modelo de educação para a sustentabilidade. Ciente da necessidade da consolidação deste processo as Nações Unidas declaram a década de 2005-2014, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DESD). Esta década será complementada por uma nova fase em que terá início em 2015 e que será anunciada em Novembro de 2014 no Japão aquando da conferência mundial sobre educação para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, faz sentido que os países, designadamente Portugal, assumam um conjunto de esforços para incorporar de forma explícita os temas da sustentabilidade, cidadania e empreendedorismo nos currícula, formais e informais, das escolas. [2] Na realidade, a informação ao nível da investigação e das políticas públicas em Portugal nesta matéria, é ainda insignificante, o que enfatiza a necessidade de se desenvolverem esforços em vários sentidos.

Ao juntar os temas da sustentabilidade com o empreendedorismo, a investigação existente quer em Portugal quer a nível internacional é também pouco expressiva e não se reflete na qualidade de vida das pessoas e na gestão das organizações. Não há dúvida de que o tema do empreendedorismo tem vindo a ser muito falado, discutido e escrito nos últimos anos, mas o tema do empreendedorismo sustentável é, simplesmente, esquecido. Ou seja, a implementação do conceito de desenvolvimento sustentável desenvolvido em 1973 por Bruntland [3], ainda não encontrou espaço efetivo quando se trata de temas associados à criação de negócios e identificação de oportunidades. Quer se trate de uma escala micro e local, quer estejamos a falar de uma escala internacional.

Atendendo à importância que os temas da sustentabilidade empreendedorismo têm vindo a ganhar ao longo dos anos, este artigo pretende alertar para a necessidade de se juntar os dois conceitos e se desenvolverem teorias e modelos de ensino, de forma promover, efetivamente uma economia sustentável.

II. EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Só através da educação será possível transmitir conhecimentos que se transformam em competências necessárias para mudarmos do modelo global atualmente existente que nos atira para o rápido esgotamento de recursos e carência alimentar, para um outro onde exista de facto uma preocupação não só com o bem-estar das gerações futuras, mas também com a qualidade de vida das restantes nações. Este modelo só é possível com um processo educacional assente na responsabilização e participação de todos. Sabemos que a globalização e centralização dos poderes administrativos resultaram na desintegração e dificuldade de articulação da estrutura social e, conseqüentemente, na diminuição significativa da capacidade de resposta às suas carências e do meio envolvente.

A crescente complexidade social despertou para a necessidade de reformulação das atuações e competências dos órgãos administrativos nacionais e locais. É fundamental

delinear estratégias adequadas e atuais que ofereçam soluções concretas de atuação, transparentes e comprometedoras. A “educação para a sustentabilidade” é, talvez, o melhor dos caminhos.

É neste contexto que a Educação para a Sustentabilidade pode atuar, na interação de modelos organizativos e de gestão. Uma comunidade sustentável é o resultado do aproveitamento dos seus recursos e saberes, e de convivência como forma de encontro, comunicação e criação de riqueza mediante as contribuições conjuntas dos distintos agentes, com suficiente coesão e equilíbrio social, conduzindo ao enriquecimento das relações dos cidadãos entre si e com o seu meio.

O reconhecimento da importância destes mesmos factos, foi já realizado em 1992, na Conferência do Rio, onde o programa para o desenvolvimento sustentável local Agenda 21 define, muito claramente no Capítulo 36 os eixos de atuação necessários à promoção da educação para a sustentabilidade, como sendo:

- Melhorar a educação básica: se as comunidades e nações ambicionam identificar objetivos ao nível da sustentabilidade e neles trabalhar, é necessário que exista um enfoque por excelência na capacitação, nos valores e na visão, de forma a incentivar e apoiar a participação pública e a comunidade no processo de decisão. Para se alcançar este objetivo comum de cidadania, a educação básica deve ser reorientada para incorporar a sustentabilidade e para incluir o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de organizar e interpretar dados e informação, a aptidão para formular questões e a perícia para analisar os temas que afetam as comunidades hoje e no futuro;

- Reorientar a educação existente: para incluir o tema do desenvolvimento sustentável: a reorientação não implica apenas aumentar “a quantidade” de educação, mas sim promover a integração da sustentabilidade de forma transversal nas várias áreas do saber. Uma vez que a educação para a sustentabilidade defende a integração dos temas ambientais, sociais e económicos, reorientar a educação implica também a necessidade de competências de ensino que motivem os alunos de várias idades a desejar viver numa sociedade melhor e contribuir, com o seu trabalho e ações, para o seu desenvolvimento. Esta reorientação poderá, e deverá, ocorrer através do sistema formal de educação, que inclui as universidades, as escolas profissionais e a educação primária e secundária;

- Promover o conhecimento público sobre o tema: caminhar para uma sociedade sustentável requer uma população consciente do tema e dos seus objetivos, a par de conhecimentos e competências que contribuam para o atingir deste objetivo. É necessário, assim, prover os cidadãos votantes de informação adequada para que estes possam também exigir aos decisores políticos uma apropriada

implementação de medidas sustentáveis, conseguindo igualmente discernir o que é uma boa prática de sustentabilidade levada a cabo por uma empresa, por exemplo, em detrimento de outras que se limitam apenas a apreçoar uma intenção sem prática efetiva.

Muito claro e objetivo, as parcelas da equação há muito que estão definidas e são conhecidas, tendo as Nações Unidas em 2002, 10 anos depois da Conferência do Rio, declarado a década de 2005-2014, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DESD).

O objetivo geral da DESD é a integração dos princípios, dos valores e das práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspetos da educação e aprendizagem. Os mentores desta iniciativa acreditam que este esforço educacional irá formar pessoas mais atentas e preocupadas com os recursos naturais e com “os outros”, os quais, por sua vez irão incorporar os temas da integridade ambiental, viabilidade económica e sociedade justa nas suas tomadas de decisão. Tem como objetivo realçar o papel imprescindível da educação e de programas de competências ao longo da vida na capacitação por parte das comunidades, para criarem soluções sustentáveis locais para os problemas relacionados com a pobreza e a vulnerabilidade. Adicionalmente, a DESD tem como função oferecer aos governos nacionais a oportunidade de reorientarem a educação e formação, em conjunto com a governança, para uma visão do mundo através da lente da sustentabilidade. Esta estratégia defende que a educação para a sustentabilidade deverá desenvolver plataformas que consigam incentivar e facilitar a difusão de educação a nível local, nacional e global que esteja relacionada com [5]:

- O conhecimento acerca do funcionamento da natureza e ecossistemas;
- O conhecimento sobre a integração da gestão de recursos naturais de forma a preservar o ambiente;
- A promoção de valores sociais como a participação, a solidariedade, a justiça e a multiculturalidade.

Ensinar sustentabilidade implica, portanto, uma capacidade constante de pesquisa, de compreensão dos factos e de os relacionar de uma forma multidisciplinar. Tal inclui a capacidade de promover a participação, a colaboração e a coordenação coletiva entre as instituições e a sociedade.

III. O EMPREENDEDORISMO NO DESAFIO EDUCACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE

O tema do empreendedorismo tem ganho destaque nos últimos anos, uma vez que tem vindo a ser percebido pelos agentes políticos como uma potencial forma de criação de emprego e de negócios com elevado valor acrescentado, o que é particularmente relevante numa fase em que o abrandamento económico generalizado leva ao aumento das taxas de desemprego.

De acordo com a Comissão Europeia, o empreendedorismo pode ser definido como: “a capacidade de um indivíduo

transformar ideias em ação. Inclui criatividade, inovação e a tomada de riscos, bem como a capacidade de planejar e gerir projetos de forma a atingir os objetivos (...) Deve incluir a preocupação com valores éticos e promover a boa governação.” [6]

Na realidade o empreendedorismo é reconhecido pela Comissão Europeia como sendo uma das competências chave da Europa, contribuindo não só para o desenvolvimento socioeconómico, mas também para uma maior participação cívica [7]. O conhecimento e as capacidades necessárias para se desenvolver o empreendedorismo estão associados à capacidade de identificar oportunidades a nível pessoal, profissional e mesmo de novos negócios. Os empreendedores devem também ter consciência da posição ética que as empresas podem adotar e do papel que podem ter na implementação de negócios sustentáveis [6].

Uma atitude empreendedora é caracterizada pela iniciativa, proatividade, independência, inovação, criatividade e pela capacidade de negociar e planejar as várias atividades associadas a um negócio. [7]

Em conformidade com o acima exposto, em Janeiro de 2013, a Comissão publicou o “Plano de Acção para o Empreendedorismo 2020”, desta vez assente em três pilares:

1. Educação e formação em empreendedorismo;
2. Criação de um ambiente favorável ao surgimento e crescimento de empreendedores;
3. Desenvolvimento de modelos que possam ser utilizados por potenciais empreendedores que não têm conseguido outras formas de apoio.

De tudo isto se compreende que sustentabilidade e empreendedorismo não só se articulam bem, por terem várias requisitos em comum, por exemplo a inovação, como é incontornável a sua cumplicidade coexistente. Num mundo global civilizado dificilmente se poderá admitir uma atitude empreendedora sem as mais elementares bases da sustentabilidade subjacentes.

Como evidência desta cumplicidade começam a surgir na literatura alguns novos conceitos que associam o empreendedorismo com outros factores. De acordo com Belz and Binder (2013) [3] é possível encontrar na literatura três tipos de empreendedorismo: o convencional, o social e o sustentável. Estes mesmos autores definem empreendedorismo sustentável como sendo o processo de reconhecimento, desenvolvimento e exploração de oportunidade empresariais que criam valor económico, social e ambiental.

Ora para se conhecer estas oportunidades é necessário que a educação para a sustentabilidade esteja presente nos curricula dos jovens, de forma a que estes consigam, naturalmente, pensar não apenas em lucro, mas sim na criação de valor económico, social e ambiental dos seus projetos.

Uma vez que em Portugal a década para a educação sustentável teve muito pouco, se alguma, atividade, os investigadores tentaram compreender se a falta de interesse por

parte da população sobre esse tema seria um dos motivos desta fraca atividade.

Nesse sentido, entre Junho e Julho de 2013 desenvolveu-se um inquérito a 1200 Portugueses representativos da população portuguesa, na tentativa de compreender o interesse e os desejos da população face ao tema da educação para a sustentabilidade em Portugal.

IV. AS EXPECTATIVAS DOS PORTUGUESES

Vários são os estudos que identificam o elevado deficit dos temas da sustentabilidade nos curricula dos vários graus de ensino. Este aspeto reflete-se posteriormente nos diferentes sectores da sociedade contemporânea, nomeadamente ao nível da gestão empresarial e poder político. Se não é ensinado nas escolas e universidades a importância da sustentabilidade, então como é que podemos esperar que os empresários a saibam aplicar e os políticos a saibam partilhar?

Em Portugal foi desenvolvido pela Associação K-Evolution, e com o apoio da Fundação Luso-Americana e do INDEG IUL-ISCTE Executive Education um questionário telefónico a 1200 portugueses durante os meses de Junho e Julho de 2013. Uma vez que a educação para a sustentabilidade inclui várias áreas como a cidadania, o empreendedorismo, a participação cívica, entre outras, o questionário teve como título “Estudo sobre a educação para a sustentabilidade, cidadania e empreendedorismo”. [2]

Neste questionário, representativo da sociedade portuguesa, os indivíduos tiveram de tomar opções de resposta associadas com o significado de ética, sustentabilidade, integridade, entre outros. Uma vez que não foi dada qualquer definição aos inquiridos sobre estes conceitos, é possível que as respostas dadas possam conter interpretações diferentes.

No entanto, e para o objetivo do estudo, tais diferenças não acarretam implicações relativamente às conclusões obtidas.

Analisando os resultados, podemos inferir que estamos, atualmente, a viver um período de grande mudança. A sociedade anseia por líderes bastantes diferentes do Homo Economicus, o qual tem caracterizado a sociedade ocidental nos últimos 30 anos, exigindo também muito mais das empresas do que o mero lucro. Na realidade, cerca de 53% da população portuguesa afirma que as empresas devem ter o seu principal enfoque na maximização do bem-estar social e ambiental dos acionistas e da sociedade, com apenas 12% a defender a maximização do lucro, e uma mínima parte dos portugueses, 2%, a defenderem a maximização dos dividendos para os acionistas. Atendendo que os manuais de gestão e economia ensinam que o objetivo de uma empresa é a maximização do lucro, ignorando portanto as novas tendências associadas à criação das empresas sociais e do movimento das BCorp, é assim preocupante que o ensino continue desfasado das mudanças da sociedade e das novas teorias já existentes.

Relativamente às três principais características que consideram ser mais importantes para um líder empresarial do

futuro, os portugueses identificam que a principal é a Integridade, seguindo-se da capacidade de análise financeira e por fim a capacidade de ter um pensamento estratégico.

Desejar a existência de líderes que não vejam o lucro para o acionista como a missão principal da empresa, a teoria defendida pelo economista Milton Friedman, pode colocar em causa os modelos económicos e de gestão vigentes, uma vez que estes assumem precisamente que o Homem é racional e que atua de forma egoísta e no seu interesse próprio. Perante os resultados do inquérito, podemos facilmente concluir que os portugueses desejam líderes íntegros, capazes de antecipar as tendências futuras e que tenham pensamento estratégico, características estas imprescindíveis para evitar uma outra crise semelhante à que grassa no nosso país (e não só) na atualidade. Algo que a conjuntura atual de Portugal evidencia uma carência substancial. Carência essa bem reconhecida por 53% dos portugueses que em 2013, consideravam que os líderes empresariais existentes em Portugal tinham pouco ou mesmo nenhum conhecimento sobre os temas da cidadania, empreendedorismo e ambiente.

É possível igualmente deduzir, das respostas dadas, que os portugueses acreditam que estes novos líderes só poderão ser criados se, na formação básica dos 2º e 3ºs ciclos, forem incluídos, de forma obrigatória, os temas do empreendedorismo, cidadania e sustentabilidade. Os portugueses estão bem cientes da importância desta mudança, ao identificarem como as três principais disciplinas capazes de influenciar um bom líder do futuro a Matemática, o Português e a Cidadania. Talvez seja por isso mesmo que 97% dos auscultados defendam que os jovens deveriam ter uma participação mais ativa na sociedade.

Torna-se assim, mais uma vez, evidente a necessidade e a utilidade em auscultar a população sobre as suas expectativas. Na realidade, a população portuguesa, sem ter conhecimento da Década para a Educação do Desenvolvimento Sustentável, evidenciou de forma simples a necessidade de incluirmos os temas da Cidadania e da Ética, que acabam por integrar a definição ampla de Sustentabilidade, no ensino das crianças, jovens e adultos.

Podemos portanto afirmar que atualmente o sector da educação em Portugal está bastante desfasado dos desafios colocados pelas Nações Unidas e dos compromissos assumidos pelos Estados Membros da União Europeia.

Não podemos esquecer que em 2010 a Comissão Europeia convidou assim os vários estados-membro a:

“... desenvolver as medidas apropriadas quer a nível nacional, local e regional, de forma a encorajar o desenvolvimento e a implementação da educação para o desenvolvimento sustentável e a sua integração nos sistemas de educação e formação a todos os níveis, quer através da

formação formal, quer através de métodos não formais e não cognitivos de ensino...”

Assim sendo, é de esperar que os vários estados-membro da União Europeia venham a desenvolver ações mais concretas e mais afinçadas no seu programa de educação de forma a incluir estas matérias de forma integrada no seu sistema de ensino.

V. IDEIAS FINAIS

Sendo Portugal um dos *hotspots* de Biodiversidade a nível Europeu, tal significa que existe um potencial significativo para o desenvolvimento de novos negócios que protejam o ambiente e que promovam também o bem-estar social.

Se Portugal pretende de facto valorizar os seus ativos naturais, culturais e humanos, é urgente que o sistema educacional também consiga transmitir os conceitos base de um novo sistema económico e social.

A nível internacional, académicos como Edward Freeman, reconhecem que a teoria económica e de gestão existente está falida, e que é necessário alterar algumas das premissas dos modelos ensinados nas escolas. Mas como sabemos, estas discussões iniciam-se em ciclos pequenos e demoram décadas até que se consiga incutir nas escolas e universidades novos manuais e novas teorias. Portugal não tem esse tempo. Atendendo à publicação recente por parte do Governo Português relativa ao plano de crescimento verde, onde se ambiciona “Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacto nacional e visibilidade internacional, estimulando as atividades económicas verdes; promovendo a eficiência no uso dos recursos e contribuir para a sustentabilidade”, é portanto urgente que também o ensino comece a promover as competências e conhecimentos necessários para o desenvolvimento da economia sustentável. Na realidade quando o empreendedorismo se cruza com a sustentabilidade através da educação, é possível formar cidadãos mais conscientes do seu potencial, mais inovadores e com maiores competências para desenvolverem um negócio que possa ter um impacto positivo na sociedade e no ambiente. Só desta forma se consegue de facto promover o desenvolvimento sustentável tão presente nas agendas internacionais, europeias e na política Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Unesco, 2006. Education for Sustainable Development Toolkit. Education for sustainable development in Action – Learning and Training Tools Nº1.
- [2] K-Evolution (2013). A Educação para a Sustentabilidade em Portugal – Por uma nova geração de Líderes Íntegros e Visionários.
- [3] Belz, F. And Binder, J. , 2013. A process view on sustainable entrepreneurship: towards a model. ESU Conference 2013, Lisbon.

[4] Bruntland, G., and the World Commission On Environment and Development, 1987. Our Common Future. Oxford University Press.

[5] Paraschivescu, V. & Radu, C., 2011. Higher education, a resource for sustainability. Economy Transdisciplinarity Cognition, Vol. XIV, Issue 1/2011, pp. 115-20.

[6] European Communities, 2007. Key Competences for Lifelong Learning – European Reference.

[7] Redford, D, 2009. The State of Enterepreneurship Education in Portugal - an empirical study on a nascent system in the European Union policy framework. Tese Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa PhD Management.